

Eleições municipais e finanças federais

CANDIDATA PRETENDE MANDAR A CONTA DO SEU PROGRAMA DE GOVERNO PARA BRASÍLIA

*Rogério L. Furquim Werneck**

Nas eleições municipais deste ano, há duas mudanças de regras com implicações de grande importância para o desempenho das contas públicas. Pela primeira vez, prefeitos podem ser reeleitos. E, também pela primeira vez, a campanha se faz sob a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já a menos de sessenta dias do primeiro turno, pesquisas mais recentes, realizadas nas capitais logo antes do início do horário eleitoral gratuito, parecem apontar para a possibilidade de reeleição de um bom número de prefeitos. Da esquerda à direita do espectro político, vários prefeitos de capitais vêm contando com sólida aprovação do eleitorado e devem continuar no cargo por mais um mandato. Naturalmente, não faltará entre seus adversários quem atribua este bom desempenho nas pesquisas a abusos e *uso da máquina*. E, é bem provável que, em algum grau, isto esteja de fato ocorrendo. Mas é difícil acreditar que, em cidades grandes como as capitais, haja tanto espaço para se alterar o resultado eleitoral, de maneira tão significativa, com base em abusos deste tipo. Por outro lado, à luz da experiência acumulada nas eleições deste ano, a Justiça Eleitoral, os Tribunais de Conta e o próprio Congresso poderão certamente aprimorar as formas de cercear tais abusos no futuro.

A introdução da possibilidade de reeleição nos pleitos municipais tem sofrido críticas. Mas é preciso não perder de vista seus aspectos positivos. E, entre eles, deve ser ressaltada a vantagem óbvia de ampliar o horizonte temporal de atuação do prefeito e, portanto, de reforçar os incentivos para que se comprometa com a adoção de políticas mais conseqüentes. Não mais restritos aos improrrogáveis quatro anos de mandato e mobilizados pela perspectiva de permanecer no cargo pelo dobro deste tempo, os prefeitos têm sido naturalmente estimulados a buscar mais sintonia com interesses de prazo mais longo do eleitorado. Sob as novas regras do jogo, torna-se muito menos atraente a tentação de arrombar o caixa ao final da festa, deixando ao sucessor um quadro de terra arrasada.

Naturalmente, não é sempre que tais estímulos têm desdobramentos tão favoráveis, como bem ilustra o que vem ocorrendo nos últimos anos na maior cidade do País. Mas, em compensação, o eleitorado paulistano parece estar reagindo de forma implacável. E tudo indica que, neste caso, não há *uso da máquina* que possa reverter o atual quadro eleitoral. Juntas, as duas candidatas da esquerda já alcançaram a marca dos 50% nas pesquisas de intenção de votos. E a candidata do PT, com 36%, abriu uma diferença de vinte pontos percentuais sobre o segundo colocado. A eleição de Marta Suplicy torna-se a cada dia mais provável. E, como muitos analistas políticos têm sublinhado, caso isto ocorra, a

nova prefeita de São Paulo estaria em excelente posição para ser lançada pela coalizão dos partidos de esquerda como candidata à presidência da República em 2002.

Sobram razões, portanto, para que as idéias de Marta Suplicy comecem a despertar mais atenção fora de São Paulo. Sob muitos aspectos, a candidata parece trazer um saudável vento de mudança ao PT, quebrando resistências e sabendo cativar uma parte do eleitorado a que o PT jamais teve acesso. A sua ascensão dentro do partido pode vir a ser o catalizador que faltava para acelerar o deslocamento do PT em direção ao centro do espectro político.

É por isto que se deve lamentar que a candidata continue aferrada a uma visão primitiva e totalmente indefensável de como tratar a restrição orçamentária que terá de enfrentar, caso venha a ser de fato eleita prefeita de São Paulo. Em artigo publicado no início desta semana, propõe que, para relaxar esta restrição, o município utilize, para gastos em programas sociais, os recursos que hoje são destinados ao serviço da sua dívida com a União.

É bem sabido que, não faz muito tempo, a dívida do município de São Paulo foi assumida pelo Tesouro Nacional e refinanciada por 30 anos, a juros bem mais baixos do que, mesmo hoje, consegue pagar a própria União. No refinanciamento, a prefeitura comprometeu-se a manter um serviço da dívida correspondente a 13% da receita municipal. O que agora se alega é que este percentual é intolerável e que, ademais, a dívida teria sido acumulada, em parte, para financiar gastos irresponsáveis e, em parte, por culpa do próprio governo federal.

Parece ser o caso de lembrar que Maluf e Pita governaram por delegação do povo paulistano, escolhidos em eleições perfeitamente legítimas. Pode-se até discordar das preferências peculiares da maioria do eleitorado da cidade de São Paulo, mas é este mesmo eleitorado que agora deve arcar com as conseqüências de suas escolhas passadas, de resto já bastante atenuadas pelo generoso refinanciamento de dívida municipal propiciado pela União. Não faz qualquer sentido manifestar falta de compromisso com “dívidas do prefeito anterior” e tentar, mais uma vez, repassar o ônus para os contribuintes de todo o País. A democracia implica alternância de poder e a dívida foi assumida pelo Município de São Paulo. Cabe ao novo prefeito honrá-la.

Se Marta Suplicy quer de fato mostrar que tem condições de executar o seu programa de governo, deve deixar claro como pretende financiá-lo. Deve explicitar de que forma vai abrir espaço no orçamento municipal para acomodá-lo. Se for o caso, deve apontar de que maneira pretende aumentar a receita, explorando mais intensamente a riquíssima base fiscal de que dispõe a prefeitura de São Paulo. O que não pode é propor um programa de governo cuja conta pretende repassar ao Tesouro Nacional. Felizmente, dentro do novo regime fiscal, que a duras penas vai sendo implementado no País, parece já não haver mais lugar para isto. Uma candidata com suas qualidades não deveria dar margem à acusação de estar iludindo o eleitorado a este respeito.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.